



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – UACC
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOSÉ HENRIQUE FELIX DA SILVA

**SUSTENTABILIDADE APLICADA ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS:
UM ESTUDO DE CASO APLICADO NO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E
SOCIAIS**

**SOUSA – PB
2022**

JOSÉ HENRIQUE FELIX DA SILVA

**SUSTENTABILIDADE APLICADA ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS:
UM ESTUDO DE CASO APLICADO NO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E
SOCIAIS**

Artigo apresentado ao curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.^a Ma. Luma Michelly Soares Rodrigues Macri

S586c

Silva, José Henrique Felix da.

Sustentabilidade aplicada às universidades públicas: um estudo de caso aplicado no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais / José Henrique Felix da Silva. – Sousa, 2022.

35 f. : il. color.

Artigo (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2022.

"Orientação: Profa. Ma. Luma Michelly Soares Rodrigues Macri".

Referências.

1. Sustentabilidade. 2. Universidade. 3. Educação. 4. Meio Ambiente. I. Macri, Luma Michelly Soares Rodrigues. II. Título.

CDU 502.131.1(043)



Universidade Federal
de Campina Grande



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UACC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DO TRABALHO DE CURSO

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

As **11:00** horas do dia **29/agosto/2022**, compareceu o aluno **José Henrique Felix da Silva** para defesa pública do Trabalho de Conclusão em forma de **Artigo** intitulado **SUSTENTABILIDADE APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO APLICADO NO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS** – requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Administração. Constituíram a banca examinadora os/as professores/as **Luma Michelly Soares Rodrigues Macri** (orientador/a), **Alexandre Wallace Ramos Pereira** (avaliador/a) e **Marcos Macri Olivera** (avaliador/a). Após a exposição oral, o/a candidato/a foi arguido/a pelos componentes da banca que, após reunião em caráter reservado, decidiram **aprovar** a produção acadêmica. Para constar, lavramos a presente ata assinada por membros da Comissão de TC, do Curso de Administração da UACC/CCJS/UFCG.

Sousa-PB, **29/agosto/2022**.

Flávio Lemenhe

Mat. SIAPE 1612419

Membro da Comissão de TC do Curso de
Administração (UACC/CCJS/UFCG)

RESUMO

A natureza alcançou níveis muito alto de exploração nos últimos dois séculos. Em tempo da maior crise ambiental de nossa era, as universidades têm buscado formar profissionais e cidadãos conscientes e preparados para compreender, gerir e apresentar soluções para essa crise ambiental. As Instituições de Ensino Superior são, por princípio, formadoras de profissionais e cidadãos para todas as comunidades, possuindo o papel histórico de transmissão do conhecimento científico e, em grande parte, da sua própria produção. O presente artigo teve como o objetivo geral avaliar o conjunto de práticas sustentáveis aplicados no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) a partir da visão dos gestores. A pesquisa se configurou como exploratória e descritiva, adotando como Universo o CCJS, sendo composto pelos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Serviço social. Como fonte metodológica, a pesquisa aplicou o método MAIS, por meio de questionários aplicados junto aos coordenadores dos quatro cursos. Como principais resultados, o artigo apontou que o Centro apresenta uma grande inserção social em sua região e desenvolve projetos sustentáveis, mas ainda não possui uma política integrada em seu plano estratégico ou de desenvolvimento institucional, necessitando reestruturar as políticas articuladas pelos eixos sustentabilidade, educação ambiental e meio ambiente. Como conclusão, o estudo apontou que existe um desequilíbrio entre os cursos no trato do tema e que a universidade apresenta sinais de interesse no assunto, mas ele ainda não é uma realidade na instituição.

Palavras-chaves: Sustentabilidade, Meio Ambiente, Educação, Universidade.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da degradação ambiental no cenário mundial, as discussões a respeito da sustentabilidade se intensificaram com a finalidade de encontrar uma solução para conter esse avanço, uma vez que, segundo o Global Footprint Network (2018), já estamos consumindo além da nossa capacidade de renovação anual do planeta.

Um dos grandes problemas dessa questão é que a maioria das pessoas envolvidas nesse processo não compreendem a importância e a gravidade dessa questão, e tampouco reconhecem a importância da educação ambiental como caminho para a sustentabilidade, sentindo apenas os efeitos do problema, como a escassez de água, alimentos e saúde. Segundo Palma (2005), a educação ambiental tem como principal objetivo o entendimento, por parte do ser humano, da complexa natureza do meio ambiente e a percepção da interdependência dos elementos ambientais no espaço e no tempo.

Para Viegas e Cabral (2015), as IES (Instituições de Ensino Superior) estão na dianteira da edificação do conhecimento e de valores sustentáveis, comotambém na integração desses conhecimentos e valores em seus próprios modelos de gestão. Por isso, a prática de atividades direcionadas à sustentabilidade ambiental nas IES se torna algo extremamente importante, buscando a transmissão desses valores através do ensino. São nesses locais onde é possível fomentar a execução de ações com abordagens mais sustentáveis, promovendo uma mudança sistêmica.

O gestor deve desempenhar o seu papel com a finalidade de conduzir a organização para que atinja o seu desenvolvimento, os objetivos organizacionais e a sua sustentabilidade compartilhando o bem coletivo. Segundo Paludo (2010), é necessário levar essas práticas para o ambiente da administração pública para que se torne exemplo de conscientização socioambiental na sociedade.

Contudo, não apenas no Brasil, mas também em países vistos como referência mundial, os pesquisadores, docentes e gestores acadêmicos direcionados para a sustentabilidade vêm testemunhando a demora da incorporação das preocupações ambientais nas universidades, conforme Herremans e Allwright (2000); Ciurana e Leal Filho (2006), uma das missões das universidades em geral, além do seu papel principal, que é produzir conhecimento e formar profissionais, deve ser a criação de um conscientização ambiental nesses novos profissionais inseridos no mercado para que isso abra uma oportunidade no futuro onde seja possível existir um equilíbrio entre a sociedade e a natureza.

A pressão de órgãos sociais e governamentais para incorporar padrões de sustentabilidade nas atividades administrativas e operacionais nos órgãos públicos tornou-se uma realidade. Nesse sentido, as IES devem desempenhar um papel no estabelecimento de uma cultura institucional capaz de gerir adequadamente os recursos (sejam naturais ou econômicos) e os resíduos gerados em suas atividades, por meio de práticas ambientais sustentáveis, conscientizando e maximizando o desenvolvimento sustentável.

A universidade pública sustentável não é uma ficção, várias ações nesse sentido vêm sendo implementadas (GUANAES, 2012). Apesar dos números mostrarem que ainda estamos longe da realidade ideal para o equilíbrio ambiental, algumas universidades já iniciaram esse movimento e estão recebendo apoio de grande parte da sociedade e do governo. No Brasil o interesse por essa área pode ser visto no crescente número de publicações sobre o assunto e na adesão voluntária de cada vez mais universidades em programas voltados para a sustentabilidade promovidas pelo governo federal.

Entre esses programas está a A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública, um programa do Ministério do Meio Ambiente que tem o objetivo de incentivar os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A proposta da A3P é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública das três esferas – federal, estadual e municipal – e nos três Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário. Seja tratando de tópicos em um contexto geral ou tratando de aspectos específicos da sustentabilidade, o tema está na agenda de discussões empresariais, políticas, econômicas e acadêmicas (NICOLAIDES, 2006). Para isso, a agenda possui seis eixos temáticos prioritários: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos. A A3P é uma agenda voluntária, ou seja, não existem normas ou sanções para os órgãos que não queiram aderir ao programa.

As IESs públicas, como qualquer organização, no desenvolvimento de suas atividades se apropriam de espaços e de recursos naturais. Os *campi*, áreas onde se encontram as suas instalações, são uma organização, de natureza complexa, semelhante a uma cidade em termos físicos e a uma empresa em termos de administração e organização. (ESTEVES; FALCOSKI, 2012).

Diante dos efeitos sentidos devido a degradação do meio ambiente, as políticas sustentáveis devem ser adotadas com urgência. E como formadores de opinião e demonstrando sua importância educacional para a sociedade, as universidades devem ser exemplo do que deve ser feito para a construção de um futuro mais sustentável. Ávila (2014) aponta que cabe às

IES colocar em prática aquilo que ensinam, tornando a sua própria gestão interna um modelo de gestão sustentável influenciando com seus resultados também às organizações das quais seus egressos irão fazer parte.

Assim, reconhecendo a importância das Universidades na busca pelo avanço das práticas sustentáveis, a presente pesquisa escolheu o CCJS (Centro de Ciências Jurídicas e Sociais) como Universo. O Centro está localizado na cidade de Sousa-PB, cidade esta localizada no interior do Estado. Possuindo duas Instituições de Ensino Superior Públicas. O CCJS possui hoje quatro cursos ativos (Administração, Ciências Contábeis, Direito e Serviço Social), além de Pós-graduação e Mestrado, além do corpo administrativo do campus. Reconhecendo a importância do CCJS e da necessidade de compreender o seu papel dentro da temática escolhida, o autor buscou aplicá-lo neste local.

Com vista ao exposto, esse trabalho busca detectar práticas sustentáveis realizadas pelos gestores no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), buscando responder o seguinte problema de pesquisa: **Quais as práticas sustentáveis adotadas no âmbito do CCJS segundo a visão dos gestores?** Buscando responder o problema de pesquisa, o objetivo geral desse estudo é avaliar o conjunto de práticas sustentáveis aplicados no CCJS a partir da visão dos gestores.

2 JUSTIFICATIVA

A reflexão acerca da forma como tratamos o meio ambiente e controlamos sua degradação é de urgente e de extrema importância. O consumo desenfreado dos recursos naturais reduz a capacidade do ecossistema sustentar a vida. Segundo Agostinho e Luiz (2009) o ser humano, transformado em consumidor, é induzido a não pensar sobre o porquê do comprar e consumir, isso causa um aumento na produção de resíduos na sociedade e na exploração da natureza por parte da empresa para suprir a demanda.

A situação atual do planeta mostra que a produção caracteriza o crescimento de uma sociedade, mas por outro lado, não é mais possível “fingir” que a destruição ecológica que acompanha o crescimento não é um problema social. Afinal ele se tornou além de um problema social, um problema de valores que se desenvolveram ao decorrer da história, mas que agora está prejudicando à mesma sociedade que os criou. Ainda de acordo com Agostinho e Luiz (2009) o protecionismo ambiental deixou de ser uma preocupação para a sobrevivência das gerações futuras. A atual geração é a geração futura.

Entre as principais ameaças estão a poluição da água, do ar, do solo, o

desmatamento, o descarte inadequado do lixo, o desperdício de alimentos e de recursos naturais e o aquecimento global. Dias (2003) relata que a educação ambiental tem o objetivo de conservar os recursos naturais para as futuras gerações, além de ajudar a compreender a importância da anexação do homem com a natureza, de forma que sintamos a necessidade de criar soluções para os problemas ambientais existentes.

A sustentabilidade é essencial para protegermos o meio ambiente. Com ações sustentáveis, os recursos naturais não se esgotam e ficam disponíveis para as gerações futuras, para isso precisamos ter uma visão abrangente do meio ambiente, no qual vivemos e entender que nós, seres humanos, constituímos parte integrante do mesmo (ROOS ; BECKER, 2012).

A opção da universidade pela sustentabilidade deve figurar dentre as formas de exercer sua autonomia como resposta às demandas sociais da atualidade (BIEZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018). As universidades brasileiras estão cada vez engajadas nesse assunto e com isso o Brasil colocou 4 universidades entre as 100 mais sustentáveis do mundo em 2021, segundo ranking anual da Green Metric. Segundo Jucker (2002), a educação não é capaz de implementar a sustentabilidade sem que se tomem medidas concretas. A USP (Universidade de São Paulo) que foi a universidade brasileira melhor posicionada no ranking, em 10º lugar, vem ao longo dos anos melhorando sua posição após a criação da Superintendência de Gestão Ambiental e a adoção de medidas e ações com o objetivo de tornar a universidade mais eficiente. Entre elas está o USP Recicla que é um programa permanente que busca transformar a universidade em um bom exemplo de consumo e destinação adequada dos resíduos e obteve a segunda maior nota da USP no ranking.

As Universidades são organizações sociais que além de cumprir o seu papel, devem implantar ações que objetivem a educação ambiental, minimizando os impactos e conscientizando a sociedade com seu exemplo como diz Mairilly (2021). Já a UFLA (Universidade Federal de Lavras) localizada em Minas Gerais, que foi a segunda colocada entre as brasileiras e ficou entre as 50 mais sustentáveis do mundo, vem aumentando sua pontuação ano após ano e nessa última avaliação o destaque foi para a nota máxima conquistada na categoria "Água", resultado das ações de gestão sustentável de seus recursos hídricos.

Com o objetivo de ampliar os estudos sobre o tema, o presente estudo buscou realizar um diagnóstico das práticas sustentáveis adotadas pelos gestores no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa., ao mesmo tempo em que sugeriu modificações aplicáveis de forma realista enquanto processo educacional, mostrando que é possível alcançar melhores resultados tendo uma sociedade com conhecimento sobre a

necessidade de propor e aplicar as mudanças o mais rápido possível. Para tanto, aplicou o formulário adaptado MAIS (Método de Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade Organizacional), junto aos gestores atuais que compõem os Cursos do CCJS com a finalidade de identificar as práticas sustentáveis já aplicadas e os gargalos diante da atual situação.

Dessa forma, buscando dar embasamento teórico à pesquisa, no capítulo seguinte serão discutidos os principais conteúdos que norteiam esta pesquisa.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

3.1 SUSTENTABILIDADE APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O gestor ambiental seja público ou privado tem como missão tentar equilibrar as necessidades operacionais e as necessidades ecológicas da organização, para isso é importante que ocorra o uso inteligente dos recursos naturais disponíveis. Segundo Berté (2009) no terreno da administração ambiental, poder público e sociedade civil não se opõem, mas se complementam.

Para Tenório e Nascimento (2006) o objetivo é obter crescimento econômico por meio da preservação do meio ambiente. Por isso é necessário que sejam adotadas novas formas de desenvolvimento que usem os recursos naturais de forma racional, sem pôr em risco o futuro da humanidade e garantindo a manutenção da economia.

Por manter uma relação com milhares de pessoas, a administração pública tem um papel importante na consolidação de um modelo administrativo sustentável, porém não são os únicos agentes dessa transformação. Pois segundo Camargo (2016) a transição para uma realidade sustentável exige esforço simultâneo em diversas frentes, tanto da esfera privada quanto da esfera pública.

A conscientização da sociedade a respeito da importância da preservação ambiental está se tornando algo cada vez mais concreto. No entendimento de Cogo (2011) a Administração Pública tem demonstrado interesse pelo desenvolvimento sustentável e questões relacionadas, o que facilita a realização dos objetivos.

Ao solicitar que em suas licitações para aquisição e contratação de serviços haja um princípio sustentável, o Poder Público ajudaria a promover a importância do desenvolvimento sustentável. Segundo Bliacheris (2011) a proposta mais vantajosa não é aquela de menor valor, como se pode concluir, mas aquela que melhor atende o interesse público.

O reconhecimento de que ao Estado, cujo principal objetivo é a realização do bem comum, incumbe atuar na defesa do meio ambiente (JACOBY, 2013). Isso demonstra a importância que a sustentabilidade vêm ganhando nos últimos anos, inclusive Juridicamente, ao ser assegurada e estimulada pela Constituição Federal de 1988.

Práticas de sustentabilidade nos municípios devem virar rotina numa gestão pública (GOES; MORALES, 2013). A normalização de ações sustentáveis por meio da Administração Pública é um passo importante na consolidação desse novo modelo de gestão, visto que fará com que essas ações se tornem aceitáveis pela sociedade.

Para Cabral e Gomes (2013) aos gestores públicos municipais é atribuída a competência para regular o uso dos recursos naturais. Com isso cada gestor consegue ter um controle maior dos recursos visto que é possível saber com maior precisão as necessidades e o que cada cidade pode ofertar.

A legislação federal pode servir como base para a criação de diretrizes ambientais capazes de evitar a destruição dos recursos naturais e segundo Cogo, Oliveira e Tesser (2012) a finalidade dessas políticas ambientais é garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Para que se torne algo duradouro as ações sustentáveis não podem ser apenas juridicamente obrigatórias, mas devem conduzir a sociedade à conscientização dos impactos positivos gerados e segundo Santos (2020) os gestores devem oferecer serviços que atendam a necessidade da população e que não degradem os recursos naturais.

É certo que a humanidade não pode parar de consumir, mas é preciso que o consumo não acarrete a inviabilidade da vida humana na Terra (ROCHA; CASTRO; BIAZOTTO; LEITE, 2016). Para isso, a Administração Pública deve promover e introduzir em seu sistema de gestão ações de sustentabilidade e procurar regular o impacto que as ações humanas causam ao meio ambiente, com a finalidade de preservar os recursos naturais.

Segundo Rogers (2008) se a cidade estiver comprometida com a questão da sustentabilidade, então os próprios cidadãos são trazidos para um movimento de efetiva colaboração contra a crise ambiental. Então quando a iniciativa parte da própria Administração Pública a sociedade toma como exemplo, e se torna um forte aliado nessa luta importante para a manutenção da qualidade de vida para as futuras gerações.

Segundo Nardone (2018) garantir um desenvolvimento sustentável no presente, contribui para a elevação da qualidade de vida de forma permanente e o sem comprometimento dos meios necessários a tais conquistas. Por isso a sustentabilidade na administração pública deve se tornar uma realidade de forma imediata, de forma que garanta uma qualidade de vida no

futuro, mas também gere um impacto positivo no presente.

A Administração Pública é a principal responsável pelas políticas e ações sustentáveis no país, segundo a Constituição Federal (1988). Isso faz com que as ações iniciais partam dos gestores públicos, servindo como um incentivo e um exemplo tanto para a sociedade, como para a iniciativa privada, que passa a ter em quem se espelhar.

Segundo Lacerda (2018) a Administração Pública sustentável traz o benefício da promoção do desenvolvimento socioeconômico, garantindo ao mesmo tempo a capacidade de recuperação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações. A busca por esse equilíbrio entre desenvolvimento e a manutenção dos recursos naturais deve sempre pautar todas as discussões sobre a sustentabilidade, pois esse é objetivo a ser alcançado.

3.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O mais antigo uso registrado do termo “educação ambiental” remonta a 1948, em Paris, porém o começo das discussões mais intensas sobre o tema foi na década de 60 após uma grande crise ambiental, causada em grande parte pela urbanização desenfreada iniciada desde a Revolução Industrial. A partir da década de 60, intensificou-se a percepção de que a humanidade caminhava aceleradamente para o esgotamento ou a inviabilização de recursos indispensáveis à sua própria sobrevivência (CASTELLA, 2015).

Em 1962, Rachel Carson (1907-1964) lançou um livro intitulado “A Primavera Silenciosa” que se tornou um dos primeiros *best-sellers* sobre questão ambiental, sendo a primeira prova científica em um livro do impacto negativo do comportamento humano desordenado na natureza. Então, devemos buscar métodos não destrutivos da natureza, considerando todo o conhecimento científico que se tem sobre o que ocorreu no passado (CARSON, 1962).

Apesar de se iniciar na década de 60, as questões políticas, sociais e econômicas com impacto ambiental passaram a ser discutidas de forma integrada em conferências internacionais a partir da década de 1970 e foi em 1972 na conferência de Estocolmo, que a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA com sede em Nairóbi. O projeto tomou forma em 1975, em Belgrado (na então Iugoslávia), com a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA. Com isso, assim como disse Beringer (2007), a gestão socioambiental e a sustentabilidade ganharam relevância, expressão e significado a partir da conscientização e de uma mudança gradual.

Em pleno momento de discussão da crise ambiental, em encontros internacionais,

o Brasil pisoteia os ideais da conferência, e submete-se a um modelo de desenvolvimento econômico, restrito e segregado (RUFINO; CRISPIM, 2015) estabelecido pela Ditadura Militar. Porém, como resposta às críticas recebidas, em 1973, à Presidência da República criou o primeiro organismo brasileiro de gestão ambiental, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), respondendo ao Ministério do Interior.

Em 1977 na Geórgia, ocorreu a Conferência de Tbilisi sendo essa considerada a mais importante conferência sobre Educação Ambiental a nível intergovernamental, endossado por 150 países, foi deste encontro que saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo. A conferência passou em revista os principais problemas ambientais da sociedade contemporânea e examinou as realizações da educação no sentido de contribuir para resolvê-los (DÍAZ, 2002). Passado esse período, em 1981 foi criado pelo então presidente Joaquim Álvaro Pereira Leite, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Já em 1992 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro uma conferência da ONU, conhecida como RIO 92 onde segundo Dias (2013) reconhece-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. Essa conferência trouxe como documento mais importante a Agenda 21, um plano de ação com metas e medidas recomendadas a todos os países e incentivando uma educação permanente sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (SOUZA, 2011).

3.3 AGENDA 21

O documento assinado por 179 países participantes da RIO 92 possui 40 capítulos e constitui um programa de ações e medidas, sendo a mais abrangente tentativa já realizada em escala mundial de promover uma nova forma de desenvolvimento, intitulado desenvolvimento sustentável. O termo Agenda 21 foi usado no sentido de desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento no século XXI. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana (DIAS, 2013).

Esse documento estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis e deve ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. A partir da Agenda 21 a política ambiental ganha mais força e apoio, e os ideais de sociedades sustentáveis passam a ganhar visibilidade e tornam-se metas e planos de governo (RUFINO; CRISPIM, 2015).

No decorrer da RIO 92, com apoio do MEC (Ministério da Educação), foi

produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental onde foi admitida a lentidão na produção de conhecimento e a falta de compromisso do Poder Público no cumprimento da legislação em relação ambiental, reconhecendo também a Educação Ambiental como um instrumento fundamental para viabilidade das estratégias sustentáveis. A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século (AGENDA 21; GLOBAL, 1992).

Agenda 21 Brasileira foi lançada com as metas e objetivos definidos para um desenvolvimento sustentável no país trazendo em seu conteúdo quais as ações prioritárias para atingir tais objetivos e observando os compromissos assumidos pela Agenda 21 brasileira, nota-se que o país tem muito a melhorar para que possa alcançar um desenvolvimento sustentável (SCHENINI; OLIVEIRA; MATOS; TODT, 2007).

Assim como o Brasil, os outros países participantes da conferência formularam suas próprias agendas locais, adaptando as agendas de acordo com as necessidades e possibilidades de cada país e entendendo a potencial união em prol de uma causa e que a mera conscientização, somada ao individualismo, agravam os efeitos de enfraquecimento da coletividade (PIGA; MANSALO; MOSTAGI; 2016).

3.4 ESTUDO AMBIENTAL NAS IES

A Educação Ambiental no ensino superior é muito importante para a consolidação de uma nova forma de desenvolvimento sustentável, mas de acordo com Souza (2016) mudanças são necessárias tanto nas estruturas acadêmicas, quanto no fazer pedagógico para que estas possam se apropriar do saber ambiental.

O compromisso de toda a comunidade universitária na transformação da realidade e na incorporação da sustentabilidade socioambiental como política institucional nas universidades é importante para o êxito da transformação almejada, segundo Guerra e Figueiredo (2014).

A introdução dessa nova forma de gerenciamento nas IES esbarram na falta de modelos a serem seguidos, porém o atual momento mostra que a discussão ambiental está mais presente no ensino, o que induz uma carência de pesquisas e atividades extraclasse na área, segundo Bilert (2013).

As IES precisam entender que a gestão ambiental produz resultados positivos a longo prazo, mesmo que não cause benefícios econômicos de curto prazo como diz Bertoli e Ribeiro (2006), por isso os projetos devem ser elaborados visando um futuro melhor para a organização para o ecossistema atingido pela mesma.

A adoção da educação ambiental nas IES contribui na busca pela construção de uma sociedade sustentável, requerendo compromisso, reflexão e interação com a problemática ambiental (CARVALHO; ABREU; ARAUJO; SILVA, 2016), tornado a própria universidade um forte exemplo daquilo que deve ser seguido pela sociedade.

Quando uma organização se preocupa com o ecossistema ao redor de suas instalações, ao desenvolver suas atividades, garantem a manutenção da biodiversidade, saúde e a qualidade de vida do planeta por que tudo está interligado na dinâmica dos ecossistemas e das comunidades humanas (MARKOSKI; PRESTES; CRISTINA; AVILA; OSWALD, 2018). Segundo Goes e Morales (2013) às atividades educacionais voltadas à questão socioambiental podem contribuir para as práticas dos cidadãos nos seus municípios. Ajudando a enfatizar a importância da introdução dessa discussão no âmbito das IES's.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi aplicada na Universidade Federal de Campina Grande e teve como finalidade identificar as práticas de gestão em relação a sustentabilidade do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) assim como avaliar qual o impacto que uma gestão sustentável em uma Universidade Federal provoca na formação de uma sociedade mais consciente em relação às questões socioambientais. A seguir serão apresentados os métodos escolhidos para aplicação desta pesquisa.

Essa pesquisa é definida como um estudo de caso, possuindo uma abordagem quali-quantitativa pois é formada por uma mescla das abordagens quantitativa e qualitativa. Segundo Schneider, Fujii e Corazza (2017) isso favorece o enriquecimento da investigação, via completividade na análise dos objetos de estudo. A pesquisa busca descobrir quais ações sustentáveis são praticadas pelos gestores dos cursos de Administração, Direito, Ciências Contábeis, Serviço Social que compõem o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS).

Quanto aos fins, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva por referir-se a identificação das ações sustentáveis executadas no CCJS através da aplicação do método MAIS. Segundo Franco e Dantas (2017) a pesquisa exploratória tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Já a pesquisa descritiva é caracterizada pelas técnicas de coleta de dados, pela observação e análise dos dados buscando a resolução do problema e segundo Gil (2002) tem por objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

4.1 LOCAL DE APLICAÇÃO

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, localizada no sertão do estado da Paraíba, pela importância e impacto gerado pela organização na região ao qual está inserida. A pesquisa comportou todo o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) que é composto pelos cursos de graduação em Administração, Direito, Ciências Contábeis e Serviço Social.

O Curso de Administração foi criado em 2008, portanto em 2022 completará 14 anos de existência sendo nesse período responsável pela formação de mais de 450 profissionais. Obteve nota 4 (com nota máxima sendo 5) no exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade) em 2019, se destacando como umas das referências do curso no nordeste.

O curso de Direito foi criado há mais de 50 anos, em 1971, antes mesmo do desmembramento da UFCG, atualmente é oferecido nos turnos matutino, vespertino e noturno e possui aproximadamente 1.000 alunos matriculados. Em 2022 foi um dos premiados com o Selo de Qualidade da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Recomenda, que é concedido pelo conselho federal da OAB aos cursos considerados de elevado padrão.

O curso de Ciências Contábeis foi criado em 2004, completando 18 anos em 2022, sendo o segundo curso mais antigo da Instituição, auxilia na formação de profissionais qualificados e capacitados, tem em seu quadro de professores mestres e doutores renomados.

O curso de Serviço Social tem duração de 8 períodos, e introduz no mercado de trabalho profissionais capacitados. O curso disponibiliza estrutura de ensino de alta qualidade, possuindo mestres qualificados na condução das aulas.

A partir desses dados apresentados pela própria UFCG, a presente pesquisa considerou o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) como universo da pesquisa e aplicou o instrumento junto aos atuais Coordenadores dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Serviço social, além do Coordenador Administrativo da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis (UACC).

5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento escolhido para o estudo foi um questionário aplicado junto à Coordenação Administrativa da UACC e aos Coordenadores dos cursos que compõem o CCJS. Para a construção do instrumento foi utilizado como parâmetro o formulário do Método de Avaliação dos Indicadores de Sustentabilidade Organizacional (M.A.I.S), criado

por Oliveira (2002).

O método visa detectar as práticas sustentáveis que são implementadas por uma organização a partir de quatro dimensões (cultural, econômica, social e ambiental) por meio do conceito de gestores e, com base nas informações obtidas, busca avaliar o nível de eficácia na sustentabilidade da organização, na qual se pretende estudar e para isso se adapta a realidade apresentada pela instituição.

O questionário tem a finalidade de identificar a partir da percepção dos gestores as iniciativas e práticas sustentáveis executadas no campus, e partir das informações obtidas, sendo examinadas todas as ações da gestão atual frente às quatro dimensões aplicadas: social, ambiental, cultural e econômica.

Para a análise de dados estabeleceu-se uma escala, pertencente ao modelo de Oliveira (2002), que permite visualizar a situação da organização em cada um dos indicadores. Essa ponderação foi dividida em três perspectivas: a elaboração ou existência de política ou procedimento (E), a implantação do planejado ou do procedimento adotado

(I) e o processo de verificação ou controle adotado na busca de oportunidades de melhorias nos processos de gestão (V) (OLIVEIRA, 2012).



Imagem 1: Escala para a avaliação da sustentabilidade na organização Fonte: Oliveira (2002).

Com base nessa escala, cada item de verificação (E – Elaboração e/ou existência, I - Implantação e V – Verificação e/ou controle) pode atingir um valor máximo de 3 pontos sendo que o somatório desses indicam o máximo permissível para cada indicador. Para cada ponto de análise foi estabelecida uma pontuação máxima, possível ou admissível, como parâmetro de excelência organizacional que é 9 – Pontuação Máxima. Cada um dos critérios de análise e o significado da pontuação são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Pontuação correspondente aos indicadores de sustentabilidade.

Pontuação	Significado “E”	Significado “I”	Significado “V”
	Existência do Indicador	Implantação do procedimento	Oportunidades de melhorias

Zero	Inexistência do Indicador	O indicador não está implantado	Não existe verificação e/ou controle do
			indicador
Um	Significando que o indicador existe na organização informalmente, isto é, não há registros documentados sobre sua forma de aplicabilidade	O indicador está implantado em 30%	É verificado de forma informal
Dois	Significando que o indicador existe formalmente, está registrado, mas não é praticado no dia-a-dia na organização	O indicador está implantado em 70%	É verificado, mas não serve de instrumento para ações corretivas ou preventivas
Três	Significando a existência do indicador, sendo que o mesmo faz parte formal da política da organização, sendo praticado e conhecido por todas as partes interessadas. Há comprometimento da organização com a sua práxis	O indicador está implantado em sua plenitude	É verificado e serve de base para o melhoramento contínuo da organização em busca da excelência organizacional

Fonte: Elaborado a partir de Oliveira (2002)

Quanto maior for a sustentabilidade da organização, maior deverá ser sua nota em cada um dos critérios apresentados. Auferir a pontuação zero em algum dos indicadores significa que o mesmo não existe na organização, não está implantado ou ainda não existe verificação/controlado do mesmo. Com isso completa-se o modelo proposto para avaliação das práticas de sustentabilidade em uma organização, sendo que sua visualização será avaliada por meio das dimensões e indicadores propostos pelo modelo, assim como é apresentado no quadro é possível no quadro 2 apresentado a seguir.

Quadro 2: Método proposto para a avaliação de sustentabilidade

DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	Ética Organizacional
	Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
	Programas para a Melhoria da Qualidade de Vida
	Projetos Sociais
	Guias com Boas Práticas Sustentáveis
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Política e Gestão Ambiental
	Auditoria Ambiental para Indicar Melhorias onde Necessário
	Controle do Consumo e Reuso de Água
	Programa de Reciclagem Gestão de Resíduos
	Utilizaçã de Papeis Recicláveis
SUSTENBILIDADE ECONÔMICA	Definição de Metas e Objetivos
	Infraestrutura Adequada
	Registros e Documentação
	Avaliação dos Resultados Da Organização
SUSTENBILIDADE CULTURAL	Incentivo à Criatividade e a Liderança
	Geração de Cultura Organizacional
	Adequação das Comunicações Internas e Externas
	Prática do Execício da Cidadania Organizacional
	Imagem da Organização

Fonte: Elaborado a partir de Oliveira (2002).

A pretensão do método é que, pela localização de uma organização, segundo determinada faixa de sustentabilidade proposta, permita a reflexão dos gestores da organização para o estabelecimento de políticas e melhoria de novas formas de gestão (OLIVEIRA, 2002).

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente tópico tem como objetivo apresentar e analisar os dados e resultados coletados através da pesquisa aplicada junto aos Coordenadores dos Cursos do CCJS, identificando as percepções quanto à Gestão Sustentável baseada em quatro dimensões: Social, Ambiental, Econômica e Cultural.

6.1 DIMENSÃO SOCIAL

O indicador "Ética Organizacional" analisa a forma como os gestores gerenciam os recursos e as pessoas. Um respondente afirmou a inexistência desse indicador, outros dois atribuíram nota 1 à implementação e verificação do mesmo, enquanto os outros dois atribuíram nota 3. Apesar de ter recebido duas notas máximas, a maioria dos respondentes avaliou de forma negativa esse quesito, o que torna essa situação preocupante, afinal, a ética é considerada um dos pilares de toda e qualquer organização.

O indicador "Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas" diz respeito ao aprimoramento profissional dos servidores. Um dos respondentes afirmou a inexistência desse indicador, outro avaliou com nota 1 e os outros atribuíram notas entre 2 e 3, com a verificação recebendo as menores notas. Sendo assim a verificação é o maior problema do indicador e esse problema deve ser corrigido, pois é de suma importância que haja apuração e controle para descobrir se as ações propostas estão de fato sendo efetivas para a capacitação dos profissionais.

O indicador "Programa para a Melhoria da Qualidade de Vida" versa sobre as ações adotadas para melhorar a qualidade de vida da comunidade acadêmica. Apenas um respondente afirmou a inexistência desse indicador e os outros atribuíram notas baixas para a implantação e a verificação. O que mostra que apesar de existir, muitos não acreditam no processo de implementação e verificação. Essa questão merece atenção pois esse processo não pode apenas existir, ele deve ser implementado e verificado para que essa melhora na qualidade de vida se concretize, como diz Nardone (2018) a melhoria na qualidade de vida

passa por uma administração pública sustentável.

O indicador "Projetos Sociais" propõe a existência de ações de extensão voltadas a atender as demandas da comunidade acadêmica. Dois respondentes afirmaram a inexistência desse indicador e os outros distribuíram notas entre 1 e 2 para a implantação e a verificação, fazendo esse indicador ter a pior nota geral da Dimensão Social. Os resultados obtidos demonstram que o indicador não produz efeito na comunidade acadêmica, algo preocupante uma vez que as práticas junto à sociedade através dos programas de extensão podem ser considerados pilares para a prática educacional no âmbito das Instituições de Ensino Superior Públicas. Segundo Goes e Morales (2013) atividades educacionais nesse tema podem gerar práticas sustentáveis nos cidadãos.

O indicador "Guia de Boas Práticas Sustentáveis" fala sobre as condutas para a prática de gestão sustentável. Apenas um respondente afirmou a inexistência desse indicador e entre os outros houve uma discordância, com um deles atribuindo nota 3 para a existência e verificação e os demais colocaram as notas 2 e 1 respectivamente, com a implementação obtendo a menor nota entre todos os respondentes. O resultado mostra que há dificuldade na implementação do indicador, algo até certo ponto compreensível já que, segundo Bilert (2013), há escassez de pesquisas e estudos sobre esse tema, gerando dificuldades para sua implantação e verificação.

6.2 DIMENSÃO AMBIENTAL

O indicador "Política de Gestão Ambiental" fala sobre as ações sustentáveis adotadas pela universidade. Todos os respondentes afirmam a existência desse indicador, dois atribuíram nota 3 a verificação, enquanto os demais colocaram nota 2 para a implementação. A pesquisa mostra que apesar de existir, a implementação e a verificação não são eficazes. Isso impacta na influência da universidade na sociedade, pois é essencial a implantação e a verificação para que a instituição seja uma referência de sustentabilidade (ÁVILA, 2014).

O indicador "Auditoria Ambiental" fala sobre os processos de avaliação das práticas sustentáveis. Dois respondentes afirmaram a inexistência desse indicador, e os demais avaliaram com notas entre 1 e 2 a implementação e a verificação. Nenhum respondente atribuiu nota 3 a esse indicador, demonstrando a fragilidade desse quesito. Essa questão gera um impacto negativo para todo o Centro, afinal além de existir, as práticas sustentáveis devem ser avaliadas, auxiliando na evolução e garantindo a eficácia das mesmas.

O indicador "Controle do Consumo de Água" fala sobre o controle do consumo e

reuso de águas na universidade. Dois respondentes afirmaram a inexistência desse indicador e os demais avaliaram com notas baixas. Isso mostra que o quesito é inoperante na universidade e considerando o local em que está inserida, onde a escassez da água é um problema constante, essa é uma grande falha operacional que precisa ser corrigida.

O indicador "Gestão de Resíduos" fala sobre a aplicação de programas de reciclagem. Dois respondentes apontaram a inexistência desse indicador, e os demais atribuíram nota 1 à verificação e à implementação. Esse processo foi considerado nulo, pois sua existência parcial não está gerando nenhum impacto positivo na universidade, considerando o Art 9º da Lei Federal 12.305 (2010), que fala sobre o gerenciamento correto dos resíduos gerados, isso se torna cada dia mais necessário nas instituições públicas.

O indicador "Utilização de Papel Reciclado" fala sobre a utilização de papéis reciclados. Apenas um respondente afirmou a inexistência do indicador. Os demais avaliaram de forma negativa a implementação e a verificação. Pelo resultado esse processo foi considerado inoperante, e devido a alta demanda de papéis na universidade, a adoção dessa prática é uma grande oportunidade para incentivar um consumo consciente.

6.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

O indicador "Metas e Objetivos" identifica a importância da formalização das metas e objetivos da gestão ambiental. Um dos respondentes afirmou a inexistência desse indicador. Os demais avaliaram com notas entre 1 e 2 os processos de implantação e verificação. Este processo é essencial para qualquer organização, sem isso é impossível se manter dentro do propósito inicial, por isso essa avaliação negativa deve ser motivo de preocupação para a Universidade.

O indicador "Gestão de Processos" fala sobre as normas e procedimentos sobre a gestão de processos, produtos e serviços. Um dos respondentes afirmou a inexistência desse indicador, os demais avaliaram com notas entre 1 e 2, nenhuma avaliação alcançou a nota máxima. Esse processo é importante para que o princípio da sustentabilidade seja estabelecido desde a compra de materiais, sendo inclusive incentivado pela Lei Federal nº 12.349 (2010) que garante que as licitações promovam o desenvolvimento nacional sustentável.

O indicador "Registro e Documentação" diz respeito à orientação através de manual. Três respondentes afirmaram a inexistência desse indicador, os demais avaliaram de forma negativa. Este indicador merece máxima atenção pois ele foi o único do questionário a

receber 3 avaliações de inexistente. A orientação através de manual é uma ótima forma de fazer com que as diretrizes estabelecidas sejam cumpridas mesmo após mudanças de gestão.

O Indicador "Infraestrutura Adequada" identifica a infraestrutura disponibilizada pela instituição. A maioria dos respondentes avaliou o indicador de forma negativa e um deles afirmou a inexistência do mesmo. A avaliação aponta falhas estruturais na Universidade, dificultando a adoção de uma gestão ambiental eficiente no local, afinal a estrutura deve servir de base para a política sustentável. Medidas concretas devem ser tomadas para a implementação da sustentabilidade (JUCKER, 2002).

O indicador "Avaliação de Resultados" analisa as formas de avaliação institucional aplicadas através de relatórios de gestão. Esse quesito obteve uma nota máxima e outras notas medianas, todos os respondentes afirmaram a existência desse indicador. O resultado mostra que os processos de implantação e verificação podem e devem ser aperfeiçoados, sendo o processo de verificação essencial para o acompanhamento da efetividade das ações executadas.

6.4 DIMENSÃO CULTURAL

O indicador "Geração de Cultura" fala sobre as ações que geram e estimulam a cultura organizacional. Um dos respondentes afirmou a inexistência desse indicador e os demais atribuíram entre 0 e 1 à todos os quesitos. Esse resultado mostra que o processo até existe, de maneira parcial, mas sua informalidade é notória. As avaliações merecem atenção já que a cultura organizacional eficiente traz mais produtividade e sintonia entre os envolvidos.

O indicador "Incentivo, Criatividade e Liderança" dispõe sobre as atividades que incentivem esses aspectos. Um respondente afirmou a inexistência desse indicador, outro atribuiu nota 2 à existência, e todos distribuíram notas entre 0 e 1 aos processos de implantação e verificação. O que mostra que o processo existe, mas é informal, ou seja, não produz resultados e isso deve ser corrigido pois uma liderança criativa é essencial em qualquer organização, e a formação de líderes assim depende dessas atividades.

O indicador "Adequação de Comunicação Interna e Externa" busca analisar a forma adequada que a universidade deve adotar para se comunicar. Um respondente afirmou a inexistência desse processo e outro atribuiu nota 3 para a todos os aspectos, enquanto os demais anotaram nota 1. Mesmo obtendo uma nota máxima, a maioria dos respondentes avaliaram de forma negativa esse processo que é importante, pois uma Universidade deve conseguir se comunicar com os públicos internos e externos, já que de acordo com Paludo

(2010) a Universidade precisa se tornar um exemplo para sociedade.

O indicador "Prática do Exercício da Cidadania" discute sobre as condutas entre os colaboradores e os gestores da organização. Todos os respondentes confirmaram a existência desse indicador, um respondente atribuiu nota 0 a implementação e verificação, outro avaliou com nota 3 os mesmos aspectos e os demais avaliaram com notas entre 1 e 2. Mostrando que apesar de existir, esse processo é informal e inoperante. Isso significa que mudanças precisam ser feitas, afinal as condutas pró-ativas entre os gestores e colaboradores é essencial para o bom funcionamento da organização.

O indicador "Imagem da Organização" fala sobre a preocupação institucional a respeito das informações divulgadas na sociedade. Todos os respondentes afirmam que esse processo existe na universidade, mas eles divergem sobre a implementação e a verificação, enquanto um avaliou com nota 0, outro atribuiu nota 3, enquanto os demais colocaram notas entre 1 e 2. Esse processo existe informalmente, e ele precisa ser aperfeiçoado pois é de suma importância que a universidade tenha conhecimento sobre a opinião que a sociedade tem sobre a mesma.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender como o tema sustentabilidade, que se tornou algo extremamente importante nos dias atuais está sendo tratado no CCJS, e expor a importância das IES para a consolidação do desenvolvimento sustentável. O trabalho avaliou as práticas sustentáveis adotadas com base na percepção dos gestores. A pesquisa aplicada no Campus mostrou que o Centro ainda tem um longo caminho a percorrer para que se torne plenamente sustentável e esse objetivo não será atingido no médio ou curto prazo. Apesar da preocupação existente nos gestores, na prática poucas ações são implementadas, e quando implantadas são graduais e de forma lenta.

Nas dimensões analisadas a maior nota ficou com a Dimensão Social, essa sendo a única com pontuação próxima a faixa de Sustentabilidade. Em contrapartida, o pior resultado veio na Dimensão Ambiental, sendo essa a única dimensão na faixa insustentável, o que deve ser tratada com máxima atenção pela universidade. A Dimensão Econômica foi responsável pela segunda melhor nota, mas ainda é possível melhorar na destinação correta e eficiente dos recursos disponíveis, cortando gastos desnecessários. Já a Dimensão Cultural obteve a segunda pior nota sendo também necessário atenção pois ficou levemente acima da faixa Insustentável, para melhorar esse cenário é necessário desenvolver e implementar

projetos culturais, abordando os mais diversos temas e respeitando as diferenças.

O estudo concluiu que a Universidade conhece o assunto e reconhece a importância desse tema nos dias atuais, mas peca na aplicação de ações sustentáveis no cotidiano da organização. A falta de padronização causa um desequilíbrio entre os cursos, sendo possível perceber que há uma diferença no trato da sustentabilidade por cada gestor. A Universidade ainda possui uma caminhada pela frente para que o modelo socioambiental se torne uma realidade, mas os primeiros passos já estão sendo iniciados gerando assim boas expectativas para o futuro.

As limitações dessa pesquisa foram a falta de estudos e pesquisas referentes ao tema sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior e suas práticas, por ser tratar de um tema atual e de grande complexidade, que vem gradativamente ganhando relevância no Brasil. Além disso, devido ao cenário pandêmico atual causado pela COVID-19 o questionário foi aplicado via e-mail, o que impossibilitou a aplicação do questionário de forma presencial. Além disso, os pesquisadores não obtiveram o retorno de todos os respondentes solicitados inicialmente.

Como propostas para novas pesquisas, esta pesquisa poderia ser replicada em outros centros pertencentes a própria UFCG, como uma forma de análise mais profunda da própria Universidade. Além disso, o mesmo método poderia ser aplicado junto aos gestores das instâncias superiores da Universidade.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Agenda 21 (global). Ministério do Meio Ambiente – MMA.** Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/>>.

AGOSTINHO e LUIZ. **Relações de consumo : Meio ambiente / org. Agostinho Oli Koppe Pereira, Luiz Fernando Del Rio Horn.** – Caxias do Sul, RS : Educus,

ALANA ROOS E ELSBETH LEIA SPODE BECKER. **Educação ambiental e sustentabilidade.** – Santa Maria:UFSM, 2012.

ÁVILA, L. V. **A perspectiva da sustentabilidade no plano de desenvolvimento institucional: um estudo das instituições federais de ensino superior.** – Dissertação de Mestrado – Santa Maria – RS: 2014.

BERINGER, A. The Lüneburg Sustainable University Project in international comparison: An assessment against North American peers. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 8, n. 4, p. 446-461, 2007.

BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil.** São Paulo, Saraiva, 2009.

BERTOLI, A.L.; RIBEIRO, M.S. **Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A.** – Petrobrás. A recuperação ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. *Revista de Administração Contemporânea RAC*, v. 10, n. 2, p. 117-136, abr./jun. 2006.

BILERT, V. S. S. **A educação ambiental na universidade: um estudo nos cursos da área das ciências sociais aplicadas nas instituições de ensino superior públicas do Paraná** – Dissertação – UTFPR, Pato Branco, 2013.

BLIACHERIS, M. W. **Licitações sustentáveis: política pública.** In: SANTOS, M. G.; BARKI, T. V. P. (Coord.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis.* Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 137-152. ISBN 978-85-7700-417-1, p. 142.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda ambiental na administração pública A3P.** MMA, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8852-agenda-ambiental-na-administracao-publicaa3p>.

CABRAL, E. R.; GOMES, S. C. **Gestão ambiental pública em municípios com forte correlação entre desmatamento e expansão da pecuária, da soja e da madeira.** *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 167-194, jul. 2013. Disponível em: <https://revistas.dee.spvgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2592/3154>

CAMARGO, J. B. M. **Sustentabilidade e Administração Pública: Economia e Responsabilidade Ambiental Por Meio das Licitações Sustentáveis.** UFSM – Santa Maria,

2016.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa (1962)**. São Paulo: Gaia, 2010, 305p

CARVALHO, J. R. M., ABREU, I. G., ARAUJO, E. K. M. C., SILVA, M. M. P. **Percepção da educação ambiental: um estudo junto aos discente de pós-graduação de uma IES no estado da Paraíba**. R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 234 - 253, out. 2015/mar. 2016.

CASTELLA, P. R. Material complementar – Ciclo de Palestras: “Resíduos Sólidos”. **Cronologia histórica do meio ambiente**. Paraná, 2015. Disponível em : https://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/evolucao_historica_ambiental.pdf - 22k - 2015-09-01/

CIURANA, A. M. G. de; LEAL FILHO, W. **Education for sustainability in university studies: Experiences from a project involving European and Latin American universities**. In: International Journal of Sustainability in Higher Education, ULSF / Emerald Group Publishing Limited, 2006. Vol. 7 N° 1. P. 81-93.

COGO, G. A. R.; OLIVEIRA, I. L.; TESSER, D. P. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): um instrumento a favor da sustentabilidade na administração pública**. In: XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção 2012. Bento Gonçalves: ENEGEP, 2012. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_tn_sto_167_969_20065.pdf.

COGO, G. A. R. **A Sustentabilidade na Administração Pública Federal: Um Desafio às Organizações**. UTFPR - Ponta Grossa, 2011.

DIAS, G. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia. 2003.

DÍAZ, A. P. **Educação ambiental como projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. Trad. Fátima Murad.

ESTEVES, J. C.; FALCOSKI, L. A. N. **Planejamento, projeto e gestão ambiental do espaço universitário**. Actas 7mo Congreso de Medio Ambiente AUGM. 22 al 24 de mayo de 2012. UNLP. La Plata, Argentina, 2012.

FRANCO, M. V. A., DANTAS O. M. A. N. **Pesquisa exploratória: aplicando instrumentos de geração de dados** – observação, questionário e entrevista. EDUCERE - ISSN 2176-1396. Curitiba, 2017.

G1 Natureza. **Dados do INPE 2020**. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/11/30/amazonia-teve-11-mil-km-de-desmatamento-entre-agosto-de-2019-e-julho-de-2020-aponta-inpe.ghtml>

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas?** – 4. Ed. EDITORA ATLAS S.A. São Paulo, 2002. <https://www.footprintnetwork.org/2018/07/23/earth-overshoot-day-2018-is-august-1-the-earliest-date-since-ecological-overshoot-started-in-the-early-1970s-2/>

GOES, G. A., MORALES, A. G. **Gestão Pública e Sustentabilidade: Desafios, Ações e Possibilidades**. Editora ANAP - IX Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 9, n. 4, 2013, pp. 199- 212. 2013.

Green Metric: Overall Rankings – 2021. Disponível em:
<https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/overall-rankings-2021>

GUANAES, F. A universidade sustentável. In: TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável 2 : novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo-SP: Globo, 2012. p. 363-368.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p. 109-126. Editora UFPR. 2014.

JACOBY, B. **Sustentabilidade na Administração Pública: Um Estudo de Caso Sobre as Licitações Sustentáveis**. UFSM - Santa Maria, 2013.

JUCKER, R. “Sustainability? Never heard of it” Some basics we shouldn’t ignore when engaging in education for sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 3, 1, 8- 18. 2002.

LACERDA, J. R. **Sustentabilidade na Administração Pública Brasileira**. Instituto de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto. Porto (POR), 2018.

M. X. A.; BIZERRIL, M. J.; ROSA, T. CARVALHO. **Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa**. Sorocaba, UNISO, UNICAMP e RAIES, 2018.

MACEDO, N. D. **Iniciação à Pesquisa Bibliográfica**. Edições Loyola, 2 ed jun, 1996. ISBN: 85-15-01132-8. São Paulo, 1996.

MAIRLLY, R. A. D. **Sustentabilidade Aplicada à Administração Pública: Um Estudo de Caso Realizado na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa**. UFCG - Sousa, 2021.

MARKOSKI, A., PRESTES, R. M., CRISTINA, C. W., ÁVILLA, L. V., OSWALD, R. **Gestão Ambiental: Um Legado à Logística Reversa**, 2018. Disponível em:
<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1626>

NARDONE, J. P. **Sustentabilidade e a gestão pública municipal. Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas do TCESP** - 3 ed. São Paulo, 2018.

NICOLAIDES, A. The implementation of environmental management towards sustainable universities and education for sustainable development as an ethical imperative. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 7, n. 4, p. 414-424, 2006.

OLIVEIRA, J. H. R. **M.A.I.S. : Método para Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade Organizacional**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa e Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002. Disponível

em:<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84333/182510.pdf?sequence=1>.

PALMA, I. R. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PALUDO, A. V. **Administração pública**. Elsevier, 2010.

PIGA, T. R., MANSANO S. R. V., MOSTAGI N. C. **A Agenda 21 e seus limites: uma conversanecessária**. In: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, Out. 2016.

ROCHA, S. M., CASTRO, R. R. R., BIAZOTTO, P. D., LEITE, A. H. O. **Sustentabilidade na Administração Pública**. Revista ESMAT ano 8- n°11. pag. 105 120. jul á Dez 2016.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um Pequeno Planeta**. Barcelona: GG,2008.

RUFINO, Bianca; CRISPIM, Cristina. **Breve resgate histórico da Educação Ambiental no Brasil no mundo**. 2015. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 6, 2015, Porto Alegre, RS. **Anais - Congressos Brasileiros de Gestão Ambiental**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (IBEAS), 2015. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/VII-069.pdf>>

SANTOS, W. S. **A Sustentabilidade e a Gestão Ambiental na Administração Pública Municipal: Um Desafio Às Organizações**. REVISTA MULTITEXTO, 2020, V. 8, N. 01. MontesClaros,2020.

SCHENINI, P. C.; OLIVEIRA, F. V.; MATOS, M. A., TODT, R. ARTIGO: **AGENDA 21 – Ferramenta para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável**. UFSC – Santa Catarina, 2007.

SCHNEIDER, E. M., FUIJI, R. A. X., CORAZZA, M. J. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo(SP), v.5, n.9, p. 569-584, dez. 2017.

SOUZA, M. G. G. **Histórico da Educação Ambiental no Brasil**, 2011. 21p. Monografia (Licenciatura em Biologia) – Brasília: Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1929/1/2011_MariadasGracasGomesdeSouza.pdf>.

SOUZA, V. M. Para o mercado ou para a cidadania? - **Revista Brasileira de Educação**. v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016.

TENÓRIO, F. G.; NASCIMENTO, F. C. P. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.

VIEGAS, S. F. S.; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina** - GUAL, Florianópolis, p. 236-259, fev. 2015.

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Senhor (a) coordenador (a)

Sou o aluno: José Henrique Felix da Silva 318130550 do curso de Administração 2018.1 e estou elaborando o meu trabalho de conclusão de curso sob a orientação da Prof.^a Ma. Luma Michelly Soares Rodrigues Macri, que tem como tema: Sustentabilidade Aplicada as Instituições de Ensino Superior Públicas: Um estudo de caso realizado na Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa.

No início do questionário os senhores (as) irão responder algumas informações pessoais sobre o seu perfil profissional e ao decorrer serão respondidas questões que tem como objetivo verificar a partir da sua concepção as iniciativas e boas práticas sustentáveis realizadas no campus, e com as informações obtidas avaliar o nível de responsabilidade sustentável. (Todas as informações serão confidenciais).

Serão quatro dimensões analisadas para essa pesquisa (social, ambiental, cultural econômica), cada dimensão conte 5 indicadores, totalizando 20 indicadores. Cada indicador será analisado em 3 momentos. A elaboração ou existência de política ou procedimento (E), implementação do planejamento ou procedimento adotado (I), e o processo de verificação ou controle adotado na busca de melhoria nos processos de gestão (V).

Informação importante: Responda os 20 indicadores atribuindo a pontuação de 0 a 3 para o os critérios de existência (E), verificação (V), e implementação (I) de acordo com o seu significado.

Pontuação	Existência (E)	Implementação (I)	Verificação (V)
0	Inexistência do indicador	o indicador não está implantado	não existe verificação e/ou controle do indicador
1	Significando que o indicador existe na organização informalmente, isto é, não há registros documentados sobre sua forma de aplicabilidade	o indicador está implantado em 30 %	é verificado de forma informal

2	Indicando que o indicador existe formalmente, está registrado, mas não é praticado no dia-a-dia na organização	o indicador está implantado em 70%	é verificado, mas não serve de instrumento para ações corretivas ou preventivas
3	Significando a existência do indicador, sendo que o mesmo faz parte formal Da política da organização sendo praticado e conhecido por todas partes interessadas. Há comprometimento da organização com a sua práxis.	o indicador está implantado em sua plenitude	Verificado e serve de base para o melhoramento contínuo da organização em busca da excelência organizacional

1 GÊNERO

Masculino

Feminino

2 IDADE

Menos que 26 anos

Entre 26 e 35 anos

Entre 36 e 45 anos

Mais ____

3 NÍVEL EDUCACIONAL

Pós- doutorado

Doutorado

Mestrado

Especialista

4 CARGO QUE OCUPA NA UFCG CAMPUS SOUSA

Diretor do campus

Vice-diretor do campus

Diretor no núcleo

Diretor da unidade

Coordenador

Outros ____

5 TEMPO DE SERVIÇO



Menos de um ano

Entre um e três anos

Entre quatro e oito anos

1. **Indicador 1:** Ética organizacional.

Definição: como os gestores tratam as pessoas, os recursos econômicos e ambientais no campus.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

2. **Indicador 2:** Capacitação e desenvolvimento de pessoas.

Definição: ações voltadas ao aprimoramento profissional dos servidores para o melhoramento das atividades.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

3. **Indicador 3:** Programas para a melhoria da qualidade de vida.

Definição: ações no qual proporcione melhor qualidade de vida da comunidade acadêmica.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

4. **Indicador 4:** Projetos sociais

Definição: ações de extensão voltadas a atender as demandas da comunidade acadêmica.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

5. **Indicador 5:** Guia de boas práticas sustentáveis

Definição: orientação sobre a conduta para as práticas de gestão sustentável para a comunidade acadêmica.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

6. **indicador 6:** Política de gestão ambiental

Definição: ações que tenham como objetivo a redução do consumo de energia, praticas para evitar o desperdício de água, incentivando o consumo consciente e a reciclagem dos resíduos.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

7. **Indicador 7:** Auditoria ambiental para indicar melhorias onde necessário.

Definição: processos para a verificação de práticas e condutas sustentáveis na organização.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

8. **Indicador 8:** Controle e reuso do consumo da água

Definição: supervisão do consumo e reuso da água no campus.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				

Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

9. **Indicador 9:** programa de reciclagem (gestão de resíduos)

Definição: existência e/ou atuação de programa de reciclagem ou gestão de resíduos.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

10. **indicador 10:** Utilização de papel reciclado.

Definição: regulamento interno sobre o consumo e reutilização do papel

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

11. **Indicador 11:** Definição de metas e objetivos

Definição: formalização de metas e objetivos na gestão organizacional

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

12. **Indicador 12:** Gestão de processos, produtos e serviços.

Definição: normas e procedimentos sobre gestão dos produtos, processos e serviços da organização.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

13. Indicador 13: Registro e documentação

Definição: orientação através de manual para procedimentos e administrativos.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

14. Indicador 14: Infraestrutura adequada

Definição: existência de espaços para os docentes, grupo de estudos, atividades acadêmicas, áreas de convivência e lazer com padrões adequados de iluminação, higiene e segurança.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

15. Indicador 15: Avaliação de resultados da organização

Definição: existência de avaliação institucional e de resultados através da elaboração de relatório de gestão anual.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

16. Indicador 16: Geração de cultura organizacional

Definição: presença de ações de integração que busquem valorizar o estímulo, a liberdade de expressão, respeito a diversidade e aprendizagem organizacional.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

17. Indicador 17: Incentivo e criatividade a liderança

Definição: atividades cujo os objetivos estimulem a criatividade e liderança.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

18. Indicador 18: Adequação das comunidades internas e externas

Definição: praticas saudáveis de comunicação verbal, respeitando as diferenças e orientaçõesde procedimentos formais.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

19. Indicador 19: Pratica do exercício da cidadania organizacional

Definição: existência de condutas proativas entre a colaboradores e os gestores.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				

20. Indicador 20: Imagem da organização

Definição: preocupação institucional com informações que são divulgadas na sociedade.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)				
Implementação (I)				
Verificação e/ou (V)				